AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 6 5 DE JULHO DE 1979

PERIODICOS

OMES FREIR
25.VII.79
DR-RIO

BRASIL CORREIO
01,50
10416

000000023
BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS FGV
ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP

EAESP/FGV
S. Cm.
30 JUL 1979
CORRESPONDENCIA
RECEBIDA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconcellos
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Regis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Junior
Secretárias	Maria Berni Medina de Abreu
	Brunhilde Dora Gabsch
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	Lauro Flávio de Faria
	Rogério Carneiro Campello
	Andréa Delmonte
	Iracema Bouza Pessôa
	Frederico A. N. B. Neto
	Márcia Mury Alves

Agroanalysis. v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Vol. 3 nº 6

05 de julho de 1979

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

ÍNDICE

Páginas

Comentários

Crédito Rural 4
Máquinas e Equipamentos..... 15
Cacau 24

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo..... 31
Preços no Mercado Interno 33
Preços Relativos 35

Agroanalysis	Rio de Janeiro	vol. 3	nº 6	pag. 1 a 36	julho 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

NOTA DA EDIÇÃO

O incentivo à produção de alimentos está na ordem do dia. Percebe-se, atualmente, que a distribuição mais equitativa da renda passa por um esforço no sentido de reduzir os custos da alimentação para as populações urbanas e que se torna difícil controlar o custo de vida, e conseqüentemente a inflação, enquanto uma parcela ponderável (cerca de 50%) do orçamento das famílias de baixa renda continua sendo gasta na aquisição de produtos agrícolas cuja oferta depende fortemente de fatores climáticos.

Dentre os instrumentos de política que estão à disposição do governo para promover a expansão das lavouras de abastecimento interno, o crédito subsidiado sobressai como o mais capaz de promover resultados a curto prazo. Mas para que ele possa ser utilizado com essa finalidade, é necessário inverter a tendência manifestada, nos últimos anos, de concentração do crédito em número reduzido de culturas, basicamente de exportação.

É interessante observar, a propósito, que essa extrema concentração, apesar de constituir um mal em si mesma, permite maior área de manobra à política agrícola numa conjuntura financeira apertada. Os números apresentados no comentário da pág. 4 mostram que é perfeitamente possível redistribuir, gradativamente, uma parcela do crédito subsidiado em favor das culturas de abastecimento interno, dos estados com baixo índice de ocupação agrícola e dos pequenos e médios estabelecimentos rurais, obrigando os agricultores que

dispõem de mais recursos a utilizarem um percentual maior de capital próprio na atividade produtiva.

Um segundo comentário (pág. 24) examina a expansão do plantio de Cacau prevista no Pró-Cacau à luz das novas tendências do mercado internacional. Verifica-se que houve forte superestimativa da demanda futura por parte da CEPLAC, em decorrência, sobretudo, de uma previsão moderada com relação ao comportamento dos preços, já que a elevação substancial registrada na cotação do cacau, desde 1975, viabilizou a crescente utilização de sucedâneos e provocou contenção no crescimento do consumo. Sendo assim, torna-se discutível a manutenção do programa nos termos originais, tendo em vista, sobretudo, que as metas relativas ao valor total exportado de amêndoas e derivados foram amplamente suplantadas. Não pelo aumento da produção, como estava programado, mas devido à valorização do produto no mercado externo. Nessas condições, uma expansão imoderada da oferta, por parte do Brasil, envolve um risco palpável de redução nas cotações internacionais. Mesmo porque, aos níveis atuais, os preços não deixarão de estimular a concorrência por parte de outros países, tradicionais produtores.

Finalmente, o comentário sobre Máquinas e implementos agrícolas (pág. 15) parte de um breve histórico da evoluçao do setor para avaliar as perspectivas de recuperação do mercado a curto prazo. Embora uma retomada vigorosa da demanda para tratores dependa, sobretudo, de variáveis de política agrícola e de uma reorganização da estrutura de produção (incluída aí uma mudança no comportamento dos fabricantes em relação ao consumidor), existe a possibilidade de um aumento das vendas, a partir de 1980, em função da necessidade de reposição da frota.

OS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A AGRICULTORES AUMENTARAM CERCA DE 344% EM APENAS SETE ANOS (1969/1976), ENQUANTO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA CRESCEU EM PROPORÇÃO BEM INFERIOR. UMA SITUAÇÃO QUE GEROU ALGUMAS DISTORÇÕES. APENAS 20% DOS AGRICULTORES SE BENEFICIARAM DO CRÉDITO RURAL. A CONCENTRAÇÃO CARACTERIZOU TAMBÉM A DISTRIBUIÇÃO DE FINANCIAMENTOS POR REGIÕES, SENDO QUE O NORDESTE E O NORTE FORAM PREJUDICADOS. TAMBÉM CONCENTRADA FOI A DISTRIBUIÇÃO POR PRODUTO: AS CULTURAS VOLTADAS PARA O ABASTECIMENTO INTERNO FORAM RELEGADAS A SEGUNDO PLANO DIANTE DAS CULTURAS DE EXPORTAÇÃO. UMA ANÁLISE DO SISTEMA E DAS DISTORÇÕES QUE O CARACTERIZARAM É APRESENTADA NESTE ARTIGO.

Uma das características marcantes do desenvolvimento agrícola brasileiro, nos últimos anos, foi a rápida expansão do crédito rural. Em apenas sete anos (1969/1976) os financiamentos concedidos a produtores e cooperativas aumentaram 344% em termos reais. Esse aumento substancial nos recursos destinados à agricultura provocou dúvidas quanto à eficiência dos critérios que orientavam a política de crédito rural e suspeitas com relação à efetiva aplicação desse dinheiro em atividades produtivas.

Nas críticas à política de crédito rural, apontou-se, sobretudo, o fato de que, entre 1969 e 1975, o crédito teria se expandido bem mais rapidamente que a capacidade de produzir dos agricultores brasileiros. É inegável que, naqueles anos, houve grande expansão do crédito agrícola, não só devido à maior generosidade das autoridades financeiras, a partir de 1973, como, também, pelo simples fato de se ter partido de um valor absoluto muito baixo.

Entretanto, outras causas, ligadas às transformações que ocorreram na agricultura brasileira, podem explicar tanto o ritmo acelerado deste aumento, quanto o fato de que não houve um crescimento proporcional da produção. A primeira delas, é a substituição do crédito informal -- obtido pelo agricultor junto ao comerciante local — pelo crédito institucional, decorrente da interiorização da rede bancária. A segunda, deriva da modernização crescente da produção que provoca a substituição dos insumos produzidos no próprio estabelecimento agrícola por outros, de origem industrial, adquiridos no mercado. A conseqüência lógica deste processo é o crescimento da demanda para crédito agrícola. O terceiro fator de crescimento acelerado do crédito agrícola pode ser encontrado na desarticulação da agricultura de subsistência, que se faz acompanhar de uma redução do contingente de trabalhadores permanentes, no mais das vezes com moradias no próprio estabelecimento agrícola, e de uma maior participação relativa dos trabalhadores temporários que constituem mão-de-obra móvel e quase que exclusivamente remunerada em dinheiro. Dessa modificação das condições de pagamento e emprego da mão-de-obra agrícola, resulta mais uma fonte de demanda para crédito de custeio.

Nos últimos dois anos, no entanto, parece ter havido uma mudança na política de crescimento acelerado do crédito rural. Embora não se disponha de dados recentes relativos ao Sistema Nacional de Crédito Rural, os financiamentos do Banco do Brasil, que representam parcela ponderável do total destinado à agropecuária, sofreram forte contenção em 1977 e 1978 (Quadro 1). O problema da expansão imoderada

do crédito rural parece, portanto, ter perdido algo de sua atualidade. Além disso, uma retomada do ritmo acelerado que caracterizou a primeira metade dos anos 70 já não é mais possível, pois atualmente o montante de crédito alocado à agricultura se acha em patamar bem mais elevado que aquele do começo da década.

CORRENDO O RISCO DE DISTORÇÕES

Não há dúvida, contudo, de que qualquer política que procure, num curto período de tempo, aumentar substancialmente os recursos investidos em determinado setor da economia, corre o risco de sérias distorções. No caso da agricultura brasileira, o risco inerente a uma política de injeção maciça de crédito foi substancialmente agravado por uma série de fatores estruturais característicos do nosso estágio de desenvolvimento.

Entre esses fatores, destacamos: 1) o fato de que um grande número de agricultores, devido à sua situação cultural e financeira, ficaram à margem do sistema de crédito rural; 2) a concentração da rede bancária nas regiões mais prósperas do país; 3) o pequeno grau de interiorização da rede bancária brasileira; 4) o reduzido número de cooperativas de crédito existente no Brasil; e 5) a concentração fundiária prevalecente em certas regiões do país.

Esses fatores foram responsáveis, em boa parte, por outra característica importante do desenvolvimento agrícola brasileiro dos últimos anos: a excessiva concentração na distribuição dos benefícios do crédito agrícola subsidiado. Dentre as várias facetas dessa concentração, existe a de caráter regional. Comparando-se, com base no Censo Agropecuário de 1970, a parcela do crédito total obtida por cada estado, com a sua contribuição percentual para o valor da produção agropecuária nacional, obtém-se resultados que variam de 0,07, para o Maranhão, a 2,2 para São Paulo.

No Nordeste, a exceção de Sergipe, todos os estados receberam dotações creditícias bem inferiores a sua importância relativa na agricultura brasileira (Quadro 2). A situação permanecia basicamente a mesma em 1975, pois a relação entre crédito rural e valor da produção agropecuária ia desde 44% no Nordeste a 136% no Centro-Oeste, passando por 110% no Sul e 95% no Sudeste. Dados mais recentes, caso disponíveis, dificilmente mostrariam alteração substancial nessa distribuição, pois esse tipo de distorção exige ação específica para ser corrigida e requer tempo para ser eliminada.

É importante notar, igualmente, que, como boa parte desses financiamentos a juros subsidiados destinam-se à compra de insumos modernos, eles devem ter contribuído fortemente para acentuar o fosso tecnológico que separa as diversas regiões do país. Vale destacar que a concentração do crédito é particularmente acentuada no caso de insumos subsidiáveis para lavouras, pois apenas dois estados, Paraná e Rio Grande do Sul, se apropriaram, em 1976, de mais de 50% do valor total desses financiamentos. É claro que, nesse particular, a concentração deriva, em parte, do tipo de lavouras que predominam no sul do país, particularmente a soja e o trigo, extremamente exigentes em termos de fertilizantes e defensivos (*). Mas é, também, conseqüência de distorções no processo de geração e difusão de inorações tecnológicas, satisfatório apenas para um número reduzido de produtos.

FEIJÃO: RESULTADOS POBRES NA PESQUISA

Geralmente, o emprego maciço de insumos modernos está associado ao uso de variedades biológicas mais produtivas. Se a pesquisa tecnológica e a assistência técnica com o feijão e o milho, por exemplo, tivessem fornecido resultados equivalentes aos obtidos para a cana-de-açúcar, a soja e o trigo, os níveis de consumo de fertilizantes e defensivos relacionados com aqueles primeiros produtos seriam bem mais altos. O contraste entre o milho e o trigo é especialmente expressivo. Das duas lavouras, a do milho é, de longe, a que tem maiores produção e área plantada (18 milhões de toneladas contra 2 milhões de toneladas e 11 milhões de ha contra 3 milhões de ha, respectivamente) **. Nos países em que ocorreram inovações tecnológicas, bem sucedidas tanto para o milho quanto para o trigo, os re-

(*) A soja e o trigo representaram 46% do total do crédito para insumos subsidiáveis concedidos em 1976.
(**) Números que correspondem à média do período 1975-1977.

quisitos de fertilizantes e defensivos são grandes na produção de ambos os produtos. Mas, no Brasil, o uso de insumos modernos na produção de milho é singularmente inferior ao que se verifica na lavoura de trigo. Isto porque a produção de milho, no Brasil, está entregue a pequenos produtores, dispersos geograficamente, com poucos recursos financeiros e que não se organizaram institucionalmente para a defesa de seus interesses.

Há desigualdade, também, no que diz respeito à distribuição do crédito entre lavouras. Apenas três produtos (soja, arroz e trigo) foram responsáveis por 55% do significativo acréscimo verificado no crédito de custeio entre 1969 e 1975. Incluindo-se o café e a cana-de-açúcar, este percentual se eleva para 76% (Quadro 3). Em 1976, a relação percentual entre o crédito de custeio agrícola e o valor da produção era de 92% para o trigo, 69% para o café e 47% para a soja e o algodão. No outro extremo, a mesma relação era de 2% para a mandioca, 7% para o feijão e 27% para o milho. O crédito de comercialização, por outro lado, encontrava-se fortemente concentrado nos produtos de exportação como o algodão, o café e a soja que, em 1976, receberam mais de 50% do total dessa rubrica.

CRÉDITO PARA 20% DOS ESTABELECIMENTOS

Embora os dados do Banco Central não permitam a determinação exata do número de agricultores que têm acesso ao crédito (a estatística é feita com base no número de contratos, e um mesmo agricultor pode ter mais de um contrato) parece haver grande concentração de crédito também em termos de beneficiários. Em 1975, foram feitos 1.076 mil contratos de custeio. Uma hipótese plausível é a de que haja grande superposição entre o rol dos beneficiários dos contratos de custeio e o conjunto de produtores que obtém os demais tipos de crédito. Essa suposição baseia-se no fato de que, sendo o crédito agrícola totalmente subsidiado, o agricultor que preencha as condições necessárias para conseguir um crédito para investimento não deixará de solicitar, igualmente, e provavelmente de obter, um financiamento para custeio (*).

De qualquer maneira, o número de contratos para investimento representa apenas 25% do número de contratos para custeio. O total de 1.076 mil contratos de custeio (em 1976, o número caiu para 1.059 mil) fornece, portanto, uma primeira indicação — provavelmente superestimada, pois um mesmo agricultor pode ter mais de um contrato — do número de beneficiários do crédito agrícola. Naquele mesmo ano, o IBGE recenseava cerca de 5.000 mil estabelecimentos agrícolas. Conclusão: na melhor das hipóteses, somente 20% dos estabelecimentos agrícolas se beneficiavam com o crédito rural.

É claro que boa parte dessa concentração deriva de fatores estruturais difíceis de corrigir a curto prazo. Muitas das culturas melhor aquinhoadas em matéria de crédito, como a soja e o trigo, são lavouras que se prestam a uma capitalização intensiva. A parcela ponderável de crédito que cabe às regiões Sul e Sudeste, por outro lado, pode ser parcialmente explicada pela maior infraestrutura bancária e comercial dessas regiões, entre inúmeros outros fatores.

É possível, também, que a pequena quantidade de crédito que vai aos pequenos produtores que se dedicam às lavouras de abastecimento interno possa ser explicada, em parte, por um receio natural desses produtores de se endividarem e/ou por uma grande aversão ao risco. Mas é evidente, por outro lado, que a concentração deriva também de opções de política agrícola e do grande poder de influência dos agricultores que se dedicam às culturas de exportação. Ninguém desconhece que os produtores de café, soja, cana-de-açúcar e algodão estão entre os mais organizados, politicamente, do setor agrícola. Enquanto isso, a produção de mandioca, feijão e milho, por exemplo, está entregue a uma multidão de pequenos produtores desorganizados e dispersos geograficamente.

ABASTECIMENTO INTERNO: SUB-SETOR MARGINALIZADO

Cabe, assim, à política agrícola, entendida no sentido amplo de tentativa de administrar os conflitos de interesses existentes no setor em benefício da sociedade brasileira, a tarefa de alterar esse quadro.

(*) O crédito de comercialização se destina, em grande parte, ao comerciante, beneficiador industrial ou exportador que adquire a produção e, por isso, não precisa ser considerado nessa estimativa.

Mas o que preocupa, sobretudo, na concentração do crédito, é que ela inibe um processo de redistribuição espacial da produção agrícola que tende a se fazer naturalmente, com implicações positivas para a redistribuição regional da atividade econômica e, por conseguinte, da renda.

AUMENTANDO A CONCENTRAÇÃO REGIONAL

Esse deslocamento de certas lavouras, de alguns estados para outros, só é possível porque se faz acompanhar de uma transferência de contingentes humanos, recursos financeiros, conhecimentos de técnicas agrícolas e de capacidade gerencial. É graças a esse processo que o Centro-Oeste, por exemplo, vem aumentando a sua participação na renda agrícola do país e que já se esboça tendência semelhante com relação à região Norte. É interessante observar que o avanço dessas duas regiões faz-se em detrimento, sobretudo, da importância relativa da região Sudeste, uma das áreas mais prósperas do país e, em especial, do Estado de São Paulo. Torna-se evidente que a agricultura servirá de ponto de partida para o progresso das regiões Norte e Centro-Oeste, até hoje relegadas a segundo plano no processo brasileiro de desenvolvimento. Estimuladas pela agricultura, poderão desenvolver-se atividades comerciais e industriais, já agora assentadas em bases mais sólidas que o artificialismo de incentivos fiscais.

CENTRO-OESTE: MAIOR PARTICIPAÇÃO

A crescente escassez de terras nas regiões Sul e Sudeste é um dos fatores estruturais que estimulam a realocação espacial da produção. Além disso, a redistribuição geográfica da atividade agrícola é motivada por duas transformações que vêm ocorrendo em áreas de ocupação mais antiga: o fracionamento de propriedades por motivo de herança e a substituição de lavouras que

REGIÕES	CRÉDITO RURAL (Valor médio por Contrato — Cr$ de 1970)		CRÉDITO AGRÍCOLA (Valor médio por Contrato — Cr$ de 1970)	
	1969	1976	1969	1976
SUL	2.326	7.979	1.827	5.977
SUDESTE	3.298	7.456	2.672	6.081
CENTRO-OESTE	3.232	15.899	2.561	13.020
NORDESTE	3.257	7.265	2.234	4.151
NORTE	4.733	10.201	2.930	3.850
BRASIL	2.951	8.207	2.271	6.020

empregam grandes contingentes de mão-de-obra por outras que se prestam mais à mecanização. Há necessidade, portanto, de se facilitar esse processo de realocação espacial da atividade agrícola, como forma de reduzir os desequilíbrios regionais e, conseqüentemente, de melhorar o perfil da distribuição pessoal da renda, pois, no Brasil, os dois problemas se confundem em boa medida.

Isso parece exigir uma ação em profundidade visando a alterar os critérios que comandam a repartição do crédito agrícola no Brasil. Uma análise por produtos indica que os produtores de alguns estados revelam uma capacidade de levantar financiamentos subsidiados que não tem paralelo na sua contribuição para a produção nacional (Quadro 4).. Por outro lado, fatores estruturais a nível estadual (sobretudo a presença marcante de minifundios no total produzido) acabam por dificultar o acesso dos agricultores às fontes de financiamento. Os plantadores de cana-de-açúcar, no Rio de Janeiro, e os produtores de feijão, no Paraná, são bons exemplos.

EFEITO NEGATIVO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

É bastante possível, também, que a política de crédito tenha contribuído para piorar a distribuição pessoal da renda no setor agrícola, pelo menos no que diz respeito à classe dos produtores rurais. É interessante observar, a propósito, que o valor médio dos contratos de empréstimos cresceu substancialmente, em termos reais, no período 1969-1976 (veja o quadro anterior). Isso mostra que ao invés de se optar por uma política de estender os benefícios do crédito subsidiado a um número bem maior de agricultores, seguiu-se o caminho de ampliar significativamente a transferência de renda em favor de uma minoria de produtores.

REDISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO

O que há de paradoxal em relação ao crédito rural, é que a extrema concentração, apesar de constituir um mal em si mesma, permite maior área de manobra à política agrícola em uma conjuntura financeira apertada. Basta constatar, por exemplo, que, em 1976, apenas 2,5% do crédito agrícola destinado ao Estado de São Paulo equivaliam ao total do crédito concedido ao Maranhão (Quadro 5) (*) e que um aumento de 40% no crédito de custeio para o feijão seria compensado por um decréscimo de apenas 5% para o arroz (**). Para garantir um crescimento mais rápido da produção de alimentos, uma realocação espacial da produção agrícola e uma melhoria da distribuição da renda no campo, seria preciso redistribuir, gradativamente, uma parcela do crédito subsidiado em favor das culturas de abastecimento interno, dos estados com baixo índice de ocupação agrícola e dos pequenos e médios estabelecimentos rurais, obrigando os grandes proprietários a utilizarem um percentual maior de capital próprio na atividade produtiva.

A redistribuição do crédito teria que estar associada a um programa de ampliação da área plantada com alimentos e de elevação da produtividade por hectare dessas culturas, em que os recursos disponíveis serviriam preferencialmente para financiar: 1) projetos de implantação, nos estados de fronteira agrícola, de pequenos e médios estabelecimentos dedicados à produção de alimentos; 2) um esforço de assistência técnica destinado a elevar a produtividade nas lavouras de abastecimento interno.

OCUPAÇÃO DAS FRONTEIRAS: NOVOS MOLDES

Cada um desses objetivos exige o uso coordenado de vários instrumentos de política agrícola. A ocupação da fronteira, por exemplo, poderia continuar a ser feita através do INCRA, mas em novos moldes, ou, então, utilizando mais intensamente as organizações cooperativas do Sul do país; ou mesmo, quem sabe, de forma menos dirigida, recorrendo a incentivos para proceder a um zoneamento da produção nas áreas de ocupação mais recente. Por exemplo: em certas áreas da fronteira, só teria acesso ao crédito subsidiado e/ou à garantia do preço mínimo quem plantasse determinadas culturas.

Mas não é só na tronteira agrícola que haveria possibilidade de aumentar o emprego de mão-

(*) Naquele mesmo ano, os financiamentos recebidos por São Paulo representavam 60% a mais que o total alocado à região Nordeste.
(**) Percentuais calculados com base na média do triênio 1974-1976.

de-obra rural incorporando maiores quantidades de terras à produção. Pesquisa realizada em 1972, pelo INCRA, constatou que havia 80 milhões de hectares de terras aproveitáveis, dentro dos imóveis rurais, que não estavam sendo utilizados. Isso ocorria não apenas nos grandes imóveis, de mais de 100 mil hectares, onde 25% da área aproveitável para a agricultura permanecia inexplorada mas, também, em pequenas propriedades. Nas classes de imóveis cuja extensão variava entre 10 e 25 hectares e entre 25 e 50 hectares, havia, respectivamente, 3 milhões e 4 milhões de hectares ociosos. Uma política de preços, crédito e assistência técnica que estimulasse os pequenos agricultores a utilizarem mais e melhor as terras de que dispõem contribuiria para aumentar a oferta de alimentos e para elevar o nível de renda no campo. É interessante observar que a maior parte da área aproveitável não explorada se encontra no Nordeste (24,5 milhões de ha) e no Centro-Oeste (33 milhões de ha), regiões relativamente atrasadas do país.

FORTALECENDO OS PEQUENOS AGRICULTORES

Uma das falácias mais comuns, em matéria de política agrícola, é a que afirma que não se pode aumentar a oferta de alimentos dando mais crédito aos agricultores que se dedicam a esse tipo de produção, pois, não estando preparados para receber esse acréscimo de financiamento, eles acabariam desperdiçando os recursos. Omite-se, nesse raciocínio, o fato de que o crédito subsidiado representa verdadeira transferência de renda que acaba condicionando as decisões de plantio do agricultor. Assim, se a produção de feijão, mandioca e milho está, em grande parte, nas mãos dos produtores menos capazes é, em boa medida, devido à pequena parcela de crédito subsidiado que tem cabido a esses produtos. Uma política de preços, crédito e assistência técnica que aumentasse os benefícios e reduzisse os riscos da produção de alimentos, acabaria atraindo alguns dos agricultores mais eficientes para as culturas de abastecimento interno. Além disso, a pouca evidência empírica de que se dispõe mostra que a rentabilidade marginal do capital é mais elevada em pequenos e médios estabelecimentos agrícolas do que nos grandes. Neste caso, uma melhor distribuição do crédito obedeceria não só a um princípio de justiça social, mas, também, a critérios de eficiência econômica.

MELHOR UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

Nunca é demais lembrar, finalmente, que o crédito agrícola no Brasil, é fortemente subsidiado. Ainda que a concentração do crédito rural em alguns estados mais prósperos do Sul e Sudeste do país, e nas lavouras mais rentáveis, possa ser explicada por fatores puramente econômicos, nada justifica, nesses casos, a manutenção do subsídio nos níveis atuais. Sobretudo quando há necessidade de expandir os financiamentos destinados à produção de alimentos. Nesse particular, a política de aceleração das desvalorizações cambiais pode ser aproveitada para liberar recursos em benefício das culturas de abastecimento interno. De um lado, a receita orçamentária do governo federal crescerá significativamente com a retirada gradativa dos subsídios à exportação de manufaturados, de outro, o segmento agrícola exportador receberá um maior volume de cruzeiros pelos dólares obtidos no exterior. Na medida em que as desvalorizações aceleradas forem aumentando a receita em cruzeiros dos agricultores dedicados às lavouras de exportação, será possível transferir parte do crédito subsidiado de que eles se beneficiam para a produção de alimentos.

O crédito subsidiado transformou-se, nos últimos anos, no mais importante instrumento de política agrícola à disposição do governo. É natural, por isso mesmo, que ele seja utilizado daqui por diante, para ajudar a resolver alguns dos problemas prementes enfrentados pelo país, entre eles, a necessidade de expandir a produção das lavouras de abastecimento interno e de aproveitar melhor o espaço territorial brasileiro para o desenvolvimento da atividade agrícola. O pacote agrícola parece ser uma primeira tentativa neste sentido. É também um teste, na medida em que seus resultados decidirão da necessidade, ou não, de uma reformulação mais profunda no Sistema Nacional de Crédito Rural.

QUADRO 1

EXPANSÃO DO CRÉDITO POR FONTES DE FINANCIAMENTO
(EM PERCENTUAIS)

	1974	1975	1976	1977	1978
1) BNDE	232,2	100,9	82,6	58,8	54,5
2) Total do SFH	69,1	56,7	88,0	60,6	52,2(*)
3) Caixa Econômica Federal	77,3	102,0	77,1	51,3	37,6
4) Caixas Econômicas Estaduais	66,1	68,2	114,1	50,4	48,9
5) Bancos Comerciais	47,5	50,9	50,2	52,4	57,7
6) B. Brasil	77,5	64,6	61,3	48,7	37,5
7) Crédito Rural à Produção (B. Brasil)	66,9	49,3	96,3	45,5	36,0
8) S N C R	59,0	86,0	45,0	–	–
9) Financeiras	25,1	33,6	28,9	27,5	56,2
10) Bancos de Investimento	34,2	55,4	45,5	54,8	51,3
11) Bcos. Estaduais de Desenvolvimento	95,4	80,4	95,1	59,5	51,9

Fonte: MA–Comcred.

QUADRO 2

PARCELA DE CRÉDITO OBTIDA POR CADA ESTADO, EM RELAÇÃO AO TOTAL FINANCIADO, COMPARADA COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PERCENTUAL PARA O VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NACIONAL

ESTADOS	VALORES NUMÉRICOS (*)
Acre	100
Amazonas	40
Pará	70
Maranhão	7
Ceará	23
Rio Grande do Norte	42
Paraíba	45
Pernambuco	75
Alagoas	50
Sergipe	100
Bahia	36
Minas Gerais	100
Espírito Santo	33
Rio de Janeiro	89
São Paulo	220
Paraná	130
Santa Catarina	40
Rio Grande do Sul	94
Mato Grosso	100
Goiás	95

(*) Valores até novembro.
FONTES: Dados do Banco Central e Balancetes do Banco do Brasil, publicados em Conjuntura Econômica.

QUADRO 3

BRASIL. Expansão do Crédito para Custeio da Atividade Agrícola por Culturas, 1969/1975, Em Cr$ mil de 1970 (1)

CULTURAS	Δ (1969/1975)	Contribuição de cada Produto para Δ (Em %)
Algodão	66.450	0,80
Amendoin	11.887	0,15
Arroz	1.433.229	17.15
Cacau	63.986	0,77
Café	808.955	9,68
Cana	992.696	11.88
Feijão	100.562	1.21
Mandoica	15.991	0,20
Milho	816.002	9,77
Soja	1.894.730	22,67
Trigo	1.255.358	15.02
Cooperativas	56.553	0,68
Outros	841.945	10,08
TOTAL	8.358.344	100

FONTE: Censo Agropecuário de 1970, FIBGE.

(*) Razão entre o percentual de crédito obtido e o percentual de participação no valor da produção agropecuária nacional, multiplicada por 100.

QUADRO 4

	PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO COM BASE NO TRIÊNIO 1974-76 (em %)	PARTICIPAÇÃO NO CRÉDITO DE CUSTEIO (Em %) 1975	1976
	RN	5	5,90	4,45
	CE	12	11,33	9,28
ALGODÃO	PR	23	18,68	22,85
	SP	27	42,38	37,63
	MG	4	5,27	6,28
	SP	62	85,79	85,27
AMENDOIM	PR	22	7,05	6,16
	MT	10	4,17	3,86
	MG	19	15,70	17,54
BATATA	SP	18	44,55	34,01
INGLESA	PR	29	27,73	29,26
	RS	23	2,60	3,76
	MG	18	23,86	26,01
CAFÉ	SP	35	44,31	43,52
	PR	38	26,21	24,15
	PE	17	27,52	28,13
CANA	AL	10	17,64	21,91
DE	SP	42	56,57	32,49
AÇÚCAR	MG	8	3,74	2,98
	RJ	7	0,13	5,09
	BA	8	10,63	12,60
	SP	6	11,21	13,84
FEIJÃO	PR	28	6,42	6,45
	RS	7	0,77	1,01
	MG	15	23,48	25,98
	MG	14	20,43	19,61
	SP	15	34,35	27,23
MILHO	PR	24	15,04	15,37
	RS	14	3,33	4,81
	GO	7	13,72	17,38
	SP	11	34,83	23,73
SORGO	RS	82	48,50	47,99

FONTE: Banco Central do Brasil — Crédito Rural — Dados Estatísticos.
(1) Deflacionado pelo índice de preços — Disponibilidade Interna — col. 2, FGV.

QUADRO 5

CRÉDITO RURAL – 1976

1 – FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS
1.1 – Por Região Geo-Econômica e Unidade da Federação
Número e Valor dos Contratos – Percentual

REGIÕES GEO-ECONÔMICAS Unidades da Federação	CONTRATOS			
	NÚMERO	%	Valor (Cr$ 1000)	%
NORTE	25.398	1,38	2.243.825	1,72
Rondonia	3.902	0,21	196.773	0,15
Acre	1.047	0,06	223.324	0,17
Amazonas	5.256	0,28	363.560	0,28
Roraima	1.090	0,06	105.046	0,08
Pará	13.873	0,76	1.326.491	1,02
Amapá	230	0,01	28.631	0,02
NORDESTE	280.818	15,3	17.668.485	13,57
Maranhão	15.791	0,8	770.156	0,59
Piaui	22.410	1,2	624.856	0,48
Ceará	46.538	2,5	2.285.313	1.76
Rio Grande do Norte	17.942	0,98	984.394	0,76
Paraíba	33.946	1,85	1.361.051	1,05
Pernambuco	39.267	2,15	3.233.247	2.48
Alagoas	17.051	0,93	1.939.249	1,49
Sergipe	17.437	0,95	748.266	0,57
Bahia	70.429	3,85	5.721.953	4,39
SUDESTE	710.734	38,79	46.444.763	35,66
Minas Gerais	245.848	13,42	13.950.522	10,71
Espírito Santo	28.161	1,54	1.514.249	1,16
Rio de Janeiro	36.107	1,97	2.726.774	2,09
São Paulo	400.618	21,86	28.253.218	21,70
SUL	705.392	38,50	48.742.018	37,43
Paraná	278.551	15,20	22.160.701	17,02
Santa Catarina	172.627	9,42	4.541.564	3,49
Rio Grande do Sul	254.214	13,88	22.039.753	16,92
CENTRO-OESTE	109.865	6,00	15.127.069	11,62
Mato Grosso	40.721	2,22	7.632.186	5,86
Goiás	68.115	3,72	7.198.197	5,53
Distrito Federal	1.209	0,06	296.686	0,23
BRASIL	1.832.207	100,00	130.226.160	100,00

FONTE: MA–Comcred.

A CRISE NO SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL, QUE ESTÁ FUNCIONANDO COM ALTOS ÍNDICES DE CAPACIDADE OCIOSA, PODE SER CONSIDERADA ARTIFICIAL, TENDO EM VISTA O BAIXO GRAU DE MECANIZAÇÃO DO PAÍS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA ÁREA CULTIVADA. ANALISANDO ESTA REALIDADE, APARENTEMENTE CONTRADITÓRIA, O ARTIGO MOSTRA A FASE DE DEPENDÊNCIA EXTERNA, O INÍCIO DA PRODUÇÃO NACIONAL E A CRISE ATUAL. ALÉM DOS FATORES ESTRUTURAIS, APRESENTA A POLÍTICA CREDITÍCIA COMO UM DOS ELEMENTOS CONJUNTURAIS QUE ESTIMULARAM TANTO O AUMENTO DA PRODUÇÃO COMO A FASE DE SUPERPRODUÇÃO VIVIDA HOJE PELO MERCADO. A QUESTÃO DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS, CUJA PARTICIPAÇÃO NO SETOR DE TRATORES CHEGA A 45%, TAMBÉM É ABORDADA, DESTACANDO A TENDÊNCIA À ASSOCIAÇÃO COM FIRMAS NACIONAIS EM MOMENTOS DE CRISE. FINALMENTE, ESPECULA-SE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE RECUPERAÇÃO DO MERCADO A CURTO PRAZO.

O grau de mecanização das atividades agrícolas do país é extremamente baixo, o que fica plenamente evidenciado quando se compara a relação número de tratores por área agricultável em exploração no Brasil com a dos países desenvolvidos. Enquanto no Brasil, em 1976, existia 1 trator por 130 ha, nos Estados Unidos, a relação era de 1 para 39 ha. e, na França, de um para 13 ha. Por isso, pode parecer paradoxal, que o mercado brasileiro de máquinas e implementos agrícolas viva, atualmente, uma fase de saturação.

Em termos meramente conjunturais, essa situação se deve às medidas de restrições de crédito que, no contexto da política anti-inflacionária, foram impostas a partir de 1976. Entretanto, os antecedentes mais remotos estariam na própria concepção da política agrícola de expansão horizontal e vertical da produção, estruturada a partir de 1968. Sem uma visão global e aprofundada da estrutura produtiva e de comercialização, desencadeou-se um processo de crescimento da produção agrícola, voltada principalmente para o mercado internacional, com base no binômio crédito e tecnologia para o campo.

Quanto à evolução tecnológica, toda a ênfase se concentrou no apoio às indústrias-suporte da agricultura (máquinas e implementos, fertilizantes e defensivos), relegando-se a plano secundário outros setores essenciais para o bom êxito da política agrícola. Entre eles, destacam-se o da pesquisa agrícola (com ênfase para as sementes melhoradas — ponto de partida essencial ao êxito de cada safra) e o de preparação da mão-de-obra para a utilização adequada dos novos fatores de produção colocados à disposição do agricultor. Assim, tal política agrícola teve como conseqüência o quadro atual, onde, apesar de algumas áreas produtivas do país utilizarem insumos modernos em escala comparável a dos Estados Unidos, a produtividade agrícola continua sendo, em geral, mais baixa que a norte-americana.

Da dependência externa à ociosidade

No setor de máquinas e implementos agrícolas, o Brasil, até a década de 60, caracterizou-se por acentuada dependência externa. Mas, no final dos anos 60, com a definição da política de expansão dos produtos agrícolas voltados para ex-

portação, passou-se a estimular o incremento da produção interna de máquinas e implementos para a agricultura, através de incentivos financeiros aos projetos industriais, juntamente com o apoio creditício aos agricultores para aquisição das unidades produzidas.

CRESCEM OS INCENTIVOS

Posteriormente, já na década de 70, recrudesceram os estímulos com os mesmos objetivos. No setor industrial, visava-se especificamente a implantação de novos projetos e a expansão da capacidade nominal das indústrias instaladas. No setor agrícola, cresceu também o volume das disponibilidades financeiras para o agricultor, tanto a nível de custeio de safras, como a nível de investimentos em bens de capital.

Em resposta a estes estímulos, as indústrias do setor tornaram o país auto-suficiente em curto espaço de tempo, chegando mesmo, na fase atual, a apresentar uma capacidade ociosa da ordem de 50% nas indústrias de tratores e de mais de 60% nas de colheitadeiras. Tais índices podem ser comprovados pelos dados referentes a tratores, cujo setor, em 1978, apresentou uma produção de 47.870 unidades, quando, em 1977, foram de 52.032 e, em 1975, de 63.418. Enquanto isto, a capacidade instalada das empresas é da ordem de 110.000 unidades anuais. E como o desempenho do segmento de implementos agrícolas acompanha o de tratores, há evidência de que a capacidade ociosa (com exceção do subsegmento de implementos destinados ao plantio e tratos culturais) deverá aumentar ainda mais.

Crise

Trabalhando com altos índices de capacidade ociosa o setor enfrenta uma situação que está levando muitas empresas nacionais a entregarem o controle acionário a multinacionais. Por sua vez, o interesse demonstrado por estas empresas vem evidenciar com mais clareza o artificialismo da atual crise no mercado. Senão, vejamos:

Será que a capacidade instalada, considerada ociosa na atualidade, é suficiente para atender a uma nova arremetida de desenvolvimento econômico em que a agricultura constitua realmente a principal prioridade governamental? A respeito, não é sintomático o fato de terem sido apresentadas ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) em 1977, em plena crise do setor, cinco propostas para instalação de novas fábricas: John Deere (norte-americana, em "joint-venture" com Schneider Logemann & Cia. Ltda. do Rio Grande do Sul); Steiger, norte-americana; Fiat (para fabricação de tratores de rodas); Renault, (em associação com a Agrale); e Brasitália, (com participação da Santa Matilde)?

Sem dúvida, uma análise da estratégia das multinacionais mostra que as épocas de crise são geralmente utilizadas para o controle acionário das empresas locais. Mas, além disto, pode-se perguntar também se ocorreriam todas estas investidas, caso não houvesse confiança nas potencialidades do mercado.

Oligopolização

Assim, um outro aspecto que deve ser analisado ao se investigar a atual crise do setor é a possibilidade da complesa desnacionalização deste segmento industrial. Na verdade, a entrada de empresas estrangeiras não chega a ser uma novidade. Dados referentes a 1977 mostram que no segmento das colheitadeiras, 45% do mercado era dominado pelas firmas estrangeiras; no de tratores, as multinacionais representavam 84% do mercado; e, finalmente, apenas uma empresa — a Massey Ferguson — dominava 1/4 da oferta nacional de implementos para preparo do solo.

FIRMAS NACIONAIS EM CRISE

Apesar disso, ainda existe um espaço para as empresas nacionais no setor. Um espaço, entretanto, que pode vir a ser absorvido pela entrada de novas firmas estrangeiras. Nos últimos tempos, constatam-se tentativas de associações de John Deere com a Schneider, Logeman & Cia. Ltda. (uma das maiores empresas nacionais), da Allis Chamers com a Jumil, e da International Harvester Company com a Ideal.

O fato de que essas empresas, líderes do mercado mundial, possuem uma linha integrada de produção (tratores, colheitadeiras e toda sor-

te de máquinas e implementos) constitui o risco maior da completa desnacionalização do setor. Sua implantação significará, por certo, o controle total do mercado, uma vez que as firmas nacionais, principalmente as do segmento de implementos, não teriam condições tecnológicas e financeiras para sobreviver. O resultado final seria um mercado oligopolista de forte concentração regional, em detrimento daqueles pequenos municípios interioranos que hoje têm sua vida ligada às indústrias locais de implementos agrícolas. Por enquanto, as empresas que atuam no mercado brasileiro, à exceção da Massey-Ferguson, não possuem linhas integradas.

No setor de comercialização, já se evidencia a força desses oligopólios. A Ford, atualmente, vem cobrando "royalty" de empresas nacionais que, interessadas na utilização da rede distribuidora da multinacional, fabricam implementos da sua linha "blue line" Há ameaça de que, a partir do segundo semestre, a estratégia mercadológica implementada pela Ford se estenda a todas mul-

RADIOGRAFIA DO SETOR

SEGMENTO TRATORES

A produção de tratores agrícolas de 4 rodas (95% do mercado) permaneceu estagnada até 1969 quando atingiu 9.941 unidades. A partir de então, até 1976, quando se iniciou a crise do setor, verificou-se um crescimento vertiginoso na produção, da ordem de 31% ao ano, alcançando, em 1976, o total de 63.418 unidades.

Das sete empresas atuando no mercado em 1977, cinco eram estrangeiras (Massey Ferguson, Valmet, Ford, Case, Brasitalia), abrangendo 84% do mercado. As duas nacionais (CBT e Agrale) representaram, neste mesmo ano, 16% do mercado. Vale destacar que o setor nacional apresentou uma queda de 8% em relação à performance de 1976, ano em que só a CBT foi responsável por 18% das vendas.

SEGMENTO COLHEITADEIRAS

A produção interna de colheitadeiras automotrizes combinadas de cereais, iniciada em 1965 pela Schneider Logemann, teve origem no processo de substituição de importações. Entretanto, somente a partir de 1970, quando a produção cresce 13%, é que se observa uma intensificação do processo. Tal ritmo de crescimento subsiste até 1976, ano em que a produção atinge 7 286 unidades.

Das sete empresas atuando no mercado em 1977, três eram estrangeiras (Massey Ferguson, Sperry Rand, Vassali), abrangendo 45% do mercado. As 4 nacionais (Dalla Santa, Santa Matilde, Schneider Logemann e Ideal) representavam os 55% restantes, com forte concentração da Schneider Logemann (37,1%). A Indústria de Máquinas Agrícolas Ideal participou com 11,5%, sendo inexpressiva a participação da Dalla Santa.

SEGMENTO OUTRAS MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Este setor abrange os seguintes subsegmentos de máquinas e implementos agrícolas: 1) preparo de solo; 2) plantio e tratos culturais; 3) colheita; 4) beneficiamento primário e 5) outros. Em 1976, o valor do faturamento total do segmento foi da ordem de Cr$ 3,0 bilhões, sendo que o item 2 (preparo de solo) participou com 56% do total; o item 2, com 20%, o item 3, com 4%; o item 4, com 11% e o item 5, com 9%.

O parque fabril deste segmento é marcadamente pulverizado, pois há registro de pelo menos 86 fábricas instaladas no país. Apesar do pequeno porte da maioria das indústrias de máquinas e implementos agrícolas, 17 empresas respondem por 80% da oferta nacional. Dessas, apenas 5 podem ser consideradas "grandes", tomando como base um patrimônio líquido maior que 500.000 ORTN's em 1975 (Baldan S.A.; JUMIL – Justino de Moraes e Irmãos S.A.; Kepler Weber S.A. – maior parte do faturamento proveniente de máquinas de beneficiamento primário; Marchesan – Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas TATU S.A.; Massey-Ferguson S.A. – implementos agrícolas representam 10% de todo o faturamento.

No período 1974/76, o subsegmento preparo do solo (arados e grades, principalmente) apresentou um crescimento médio anual de 30%. O subsegmento de máquinas e implementos destinados à operação de plantio e de cuidados com a lavoura, apresentou-se estagnado. O Sindicato de Máquinas e Implementos do Estado de São Paulo (SIMESP) aponta o esgotamento da atual capacidade instalada desse subsegmento (plantadeiras/adubadeiras) como causa da estagnação e não a saturação do mercado.

tinacionais do setor de tratores e automóveis (General Motors, Valmet, Fiat) que possuem rede de revendedores interioranos. Tanto para o país como para os empresários nacionais os prejuízos serão vultosos.

No primeiro caso, há encarecimento do produto, com a entrada de mais um intermediário. No segundo caso, os prejuízos derivarão da dimensão média das empresas nacionais fabricantes de implementos que, embora economicamente sólidas, não dispõem de recursos para montar uma rede nacional de distribuição. Perderão conseqüentemente o controle do mercado duramente conquistado, ao terem que proceder à comercialização de seus produtos com as marcas das multinacionais.

Mercado interno — dependência da política creditícia

A expansão vertiginosa do mercado, verificada no período 1969/76, deveu-se principalmente às facilidades creditícias concedidas ao produtor e ao crescimento da agricultura como um todo, com especial destaque para as culturas de soja e trigo.

NOVAS NORMAS PARA FINANCIAMENTO

Os juros subsidiados e o alentado prazo de pagamento acoplado a um período de carência, criaram as condições para a introdução da mecanização agrícola, mas por outro lado, tornaram artificial, em muitos casos, a necessidade de maquinária. Em decorrência dessas facilidades, praticamente todos os negócios do setor foram feitos através de financiamentos bancários, gerando estreita dependência das indústrias à política creditícia do governo para o setor. A respeito, pode ser considerada sintomática a solicitação do empresariado de recursos da ordem de Cr$ 29,5 bilhões para financiamento em 1978 de todos os segmentos do setor, a saber: tratores 4R — Cr$ 12,4 bilhões; motocultivadores — Cr$ 172 milhões; tratores de esteira — Cr$ 3,94 bilhões; colheitadeiras — Cr$ 4,27 bilhões e implementos diversos — Cr$ 8,62 bilhões. Na verdade, esse volume de recursos representava um aumento real de aproximadamente 50% em relação ao valor do mercado de 1977, estimado em Cr$ 20,0 bilhões.

Em resposta à reivindicação empresarial, os recursos alocados pelo governo para financiamento das aquisições de máquinas e implementos agrícolas, em 1978, foram da ordem de Cr$ 18,0 bilhões, com imposições sobre o percentual máximo de financiamento de 60% sobre o valor da mercadoria. Posteriormente, em função da escassez de negócios e agravamento da crise financeira das empresas, o governo estabeleceu novas normas para concessão de financiamento: 100% para máquinas de custos até 200 MVR (Cr$ 175.000,00); 90% de 200 a 5.000 MVR e 75%, acima de 5.000 MVR. Para 1979, provavelmente em razão da não utilização do volume de recursos disponível ano passado, as autoridades financeiras alocaram Cr$ 18,8 bilhões, mantendo praticamente as mesmas normas para a concessão de financiamento de máquinas e implementos agrícolas.

AGRICULTORES SEM LIQUIDEZ

Afora esses percalços e distorções oriundos da política agrícola do governo, a crise atual do setor tem um componente mais sério na iliquidez do agricultor da região Centro-Sul, sequela da frustração das últimas safras agrícolas. Em conseqüência disso, o número de tomadores de empréstimos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas vem-se reduzindo fortemente nos últimos meses, a ponto de, em 1978, o Banco do Brasil ter cogitado colocar a disposição das indústrias, como capital de giro, recursos específicos do crédito rural.

Como reflexo dessa situação, a Ideal, a CBT, a IMASA, a Industrial Pampeiro e a Penha, dentre as 30 maiores indústrias do setor, encontram-se em situação financeira bastante difícil, sendo pouco provável a sua recuperação, mesmo parcial, sem uma retomada do mercado. No caso da CBT, o retorno à sua posição relativa está se processando no presente exercício.

O reajuste a nova realidade do mercado tem sido o objetivo de inúmeras empresas. A diversificação da linha, a reformulação da política de vendas, são as principais modificações que vêm sendo imprimidas por diversas empresas como a Ford, Komatsu, Schneider Logemann, CBT, etc.

Mercado externo — perspectivas reduzidas

Quando se evidenciaram os traços iniciais da crise enfrentada pelo setor, o mercado internacional passou a ser cogitado por algumas empresas como solução para a manutenção do ritmo de crescimento da produção. Em 1977, o valor das exportações atingiu US$ 48 milhões, correspondendo a aproximadamente 5% das vendas realizadas no mercado internacional de todos os segmentos, sendo que os tratores representaram isoladamente US$ 31,5 milhões.

Há que se destacar que a exportação de tratores foi efetivada quase que exclusivamente por multinacionais (Massey-Ferguson e Ford principalmente). A participação das empresas nacionais nestas operações foi de apenas US$ 1 milhão, no mesmo ano. Já no segmento de colheitadeiras, o montante das vendas externas dessas empresas aproximou-se de US$ 3 milhões (Santa Matilde — US$ 1 milhão; Cemag — US$ 0,5 milhão; e Santal — US$ 0,7 milhão). A Marchesan foi o único destaque das empresas nacionais na exportação de artigos do segmento máquinas e implementos: atingiu a cifra de US$ 1 milhão. Em termos globais, a África representou um excelente mercado (US$ 12 milhões em 1977), confirmando as expectativas do setor.

EXPORTAÇÕES: FALSA SAÍDA

Muito embora reconheçam-se as dificuldades do mercado internacional, pouco acessível a este tipo de produto, várias propostas foram apresentadas ao Governo Federal, visando a obtenção de apoio para abertura nos mercados externos. Em 1978, a proposta apresentada pelo SINFAVEA, vetada posteriormente pelo Ministério da Indústria e Comércio, buscava obter apoio do BEFIEX para um programa de vendas de máquinas e implementos agrícolas no valor de US$ 1 bilhão, no período de 10 anos. A razão do veto, segundo o Ministério, foi que a proposta condicionava a meta de exportação a possibilidade de importação de mercadorias afins em igual montante. A proposta do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (SIMERS), menos ambiciosa, pretende a venda ao exterior (países da ALALC) de máquinas e implementos agrícolas no valor de US$ 1 milhão por ano no período inicial da sua implementação.

Na verdade, há necessidade de avaliar melhor os custos sociais dessa política de exportação, já que os incentivos e subsídios, no ítem máquinas mecânicas, chegam a 50% do valor exportado. Além disso, a tentativa de conquistar novos mercados envolve, às vezes, riscos que podem ser julgados excessivos, tendo em vista o nível das reservas de divisas de alguns países importadores, e que poderão resultar, a médio prazo, em custos financeiros adicionais para o governo brasileiro que banca essas operações de exportação.

Aspectos tecnológicos

Embora a quase totalidade dos tratores e colheitadeiras, em fabricação e utilização no país tenha origem em projetos estrangeiros (a maioria sem sofrer adaptação de espécie alguma), não há estudos que indiquem problemas maiores em relação às nossas condições ecológicas. Recentemente, levantou-se a questão dos possíveis malefícios ao solo, provocados pela importação acrítica de tecnologia alienígena. Esses malefícios, contudo, adviriam mais da forma prática de trabalhar a terra, do que das máquinas em si.

Especificamente quanto às colheitadeiras, as empresas nacionais não conseguirão acompanhar o desenvolvimento de produto das concorrentes multinacionais, como a Sperry Rand e a Massey-Ferguson que contam com sofisticados centros de Pesquisa e Desenvolvimento em seus países de origem. Dada a magnitude do mercado, a iniciativa da criação desses centros no país caberia ao governo e/ou às associações de fabricantes nacionais. A implementação de um projeto neste sentido, além de significar um excelente meio de desenvolvimento de tecnologia autóctone, eliminaria as dúvidas relativas à adaptabilidade das máquinas de origem estrangeira às nossas condições. Isto porque, na ausência de centros dessa natureza, à empresa nacional resta, com suas reduzidas equipes de engenharia, tentar adaptar uma ou outra inovação, geralmente copiada de indústrias estrangeiras. Infelizmente, a recente iniciativa do Sindi-

cato da Indústria de Máquinas Agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul (SIMERS), de se criar o Centro Tecnológico da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas naquele estado, não passou da fase de estudo de viabilidade, elaborado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em junho de 1978.

Quanto ao segmento de implementos agrícolas, de um modo geral, o nível da tecnologia envolvida, à exceção de alguns equipamentos para beneficiamento, é considerado relativamente baixo. Por não disporem de laboratórios de controle de qualidade, as peças e componentes do implemento nem sempre são balanceadas, propiciando a quebra prematura e, conseqüentemente, prejuízos ao usuário.

FALTA CONTROLE DE QUALIDADE

Do lado oficial, a fiscalização das máquinas e implementos agrícolas se restringe a testes operacionais, realizados em protótipos ou unidades enviadas pelos fabricantes, interessados no laudo que faculta a obtenção do financiamento ao adquirente da máquina ou implemento. A nível de mercado, a fiscalização praticamente não existe e, quando é feita, se resume no exame visual das peças e componentes desmontados. Não se realizam testes de qualidade e resistência de materiais, nem são feitas pesquisas por amostragem para conhecimento, obedecendo às condições de operação no campo, da vida útil média das máquinas e implementos agrícolas, lançadas no mercado brasileiro. Nesta contingência, o agricultor brasileiro fica à mercê do posicionamento ético da empresa em relação ao mercado. Tendo em vista, porém, que a melhor garantia, nesses casos, é um grau adequado de exigências por parte dos usuários, o controle industrial de qualidade, no caso brasileiro, ainda deixa muito a desejar.

Ainda sobre os problemas técnicos do setor, por serem relevantes, vale ressaltar alguns pontos que constituem um desafio ao desenvolvimento tecnológico: 1) inexistência de oferta de colheitadeiras para culturas permanentes (para o café e laranja, há protótipos sendo testados); 2) dúvidas sobre qualidades das máquinas e implementos ofertados para a cana de açúcar, cultura em processo de intensificação da mecanização; 3) alto preço das colheitadeiras automotrizes da cana (problemas de produção em escala?); 4) utilização generalizada de arados e discos.

Manutenção precária, vida útil abreviada

Um outro aspecto levantado pelos empresários agrícolas, refere-se ao precário sistema de manutenção das máquinas adquiridas. Assim, sua vida útil tem sido abreviada pela dificuldade de reposição de peças. Além disto, a rede de revendedores, em determinadas regiões, sabendo da premência de tempo que caracteriza as atividades rurais, vinha majorando excessivamente os preços das peças de reposição a ponto da SUNAB, em 1978, ter sido obrigada a intervir.

A expansão da oferta, em curto prazo de tempo, causou também reflexos negativos por encontrar o agricultor brasileiro despreparado para a mecanização racional de sua propriedade. Com isso, os lavradores de médio e de grande porte, envolvidos geralmente por campanha promocionais sobre os diferentes modelos de máquinas e as facilidades de crédito, nem sempre foram capazes de fazer a melhor escolha. Por outro lado, sobre a falta de preparo da mão-de-obra, sabe-se que, em 1977, dos 72 mil tratores existentes no Paraná, somente 10% eram operados por pessoal treinado adequadamente. Em São Paulo, para agravar a situação, ocorreu logo no início da fase de expansão do mercado (1969) o fechamento de três escolas de tratoristas (anexas às Escolas Agrotécnicas) do ex-Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola (DEMA).

MAQUINARIA SUB-UTILIZADA

Do lado industrial, as facilidades creditícias e o grau de absorção do mercado provocaram uma certa acomodação das empresas na área mercadológica, fazendo com que as vendas proviessem apenas de contatos superficiais para a retirada de pedidos. Assim, complementos essenciais à venda de máquinas e implementos agrícolas tais como equacionamento do problema do agricul-

tor (fase de pré-venda), garantia e assistência técnica (pós-venda) foram negligenciados pelas empresas do setor, na fase de expansão do mercado.

Este quadro tem gerado a sub-utilização das máquinas agrícolas e a redução da sua vida útil.

Aspectos sociais

A queda das vendas a partir de 1976, paralelamente à crise financeira das empresas, têm provocado problemas sociais nas regiões onde estão concentradas, principalmente, no Rio Grande do Sul. Levantamento efetivado pela SIMERS, no 2º semestre de 1978, em 41 empresas do estado do Rio Grande do Sul, constatou uma redução de 15.400 empregados em 1976, para 10.000 em 1978, correspondendo a uma taxa de desemprego de 36%, nos dois anos de crise. As indústrias mais atingidas foram: Industrial Pampeiro (falência), Agrale, Massey-Ferguson, Nora, Schneider Logemann e Ideal. Quanto a São Paulo, estado que responde por 2/3 da oferta nacional de máquinas e implementos agrícolas, o volume de dispensa tem sido bem menor no período da crise: aproximadamente 2.000 desempregados.

Perspectivas do mercado

Em face do baixo grau de capitalização dos agricultores brasileiros e da forte vinculação do setor à disponibilidade de crédito, a retomada do ritmo de evolução da mecanização agrícola depende fundamentalmente da política agropecuária a ser implementada no país.

Nesse particular, a aceleração da taxa de crescimento da agricultura pode contribuir para resolver os problemas de abastecimento interno, energia e balanço de pagamentos.

A necessidade de aumentar a produção e produtividade agrícolas daí decorrente, deverá, pois, criar condições para novo surto de expansão do mercado de máquinas e implementos agrícolas.

UM NOVO SURTO DE EXPANSÃO?

Os números constantes do Quadro 1 talvez não representem com a precisão desejável a evolução do mercado, nos últimos 20 anos. Isto porque o total de tratores agrícolas do Censo Agropecuário de 1970 (165.870 unidades) está provavelmente superdimensionado, isto é, situa-se bem próximo da oferta interna acumulada no período 1951/70, significando que um certo número de unidades fora de uso (totalmente depreciadas) talvez tenha sido computado. Mesmo assim, é possível fazer algumas previsões sobre o comportamento do mercado a médio prazo.

Mantido o nível da oferta interna de tratores agrícolas de 1978 (41.745 unidades), e considerando uma vida útil média de 6 anos (1), a frota brasileira deverá crescer este ano apenas 0,9%, atingindo um total de 404.394 unidades. A partir de 1980, começará o declínio em números absolutos. Considerando-se uma vida útil média de 8 anos, de acordo com a indústria de tratores, o pico da frota ocorrerá em 1981 (463.771 unidades), ficando o início da redução da frota adiado para 1982.

De acordo com as mesmas taxas de vida útil média, o nível da frota ficaria estabilizado em 357.142 unidades em 1983 (taxa de 6 anos) ou em 416.519 unidades a partir de 1985 (vida útil de 8 anos). É provável, contudo, que antes disso manifeste-se alguma reação no mercado em função da necessidade de repor as máquinas tornadas imprestáveis. A esse respeito, vale notar que para uma vida útil média de 6 anos, a taxa de depreciação correspondente é de 16,67%, e para a de 8 anos, 12,5%, isto é, percentuais do total da frota superiores ao nível de oferta interna de 1978. Essa retomada das vendas, no entanto, seria de curto prazo e pouca intensidade, pois a reativação do setor de máquinas e implementos agrícolas depende, substancialmente, da ampliação do mercado.

Finalmente, resta acentuar que para se atingirem os objetivos explícitos da política econômica brasileira para o setor agrícola, há necessidade de as indústrias de máquinas e implementos agrícolas adequarem suficientemente os conceitos de lucratividade com o de prestação de serviços. Para tanto, há que serem destacados investimentos nas áreas de aprimoramento tecnológico (dentro da realidade agrícola brasileira) de assistência técnica e de preparo da mão-de-obra, a fim de que a vida útil das máquinas e implementos agrícolas utilizadas nas lavouras brasileiras, atinja padrões internacionais.

(1) Em virtude do desconhecimento da vida útil média dos tratores agrícolas no país, usamos a média de 6 anos que se aproxima, na atualidade, do consenso dos especialistas.

QUADRO 1

MERCADO BRASILEIRO DE TRATORES AGRÍCOLAS – 1961-86

	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73
Produção (1)	1.678	7.586	9.908	11.534	8.090	9.064	6.201	9.664	9.444	13.907	21.890	29.091	38.643
Importação (2)	6.382	1.714	1.330	1.341	374	639	342	990	423	60	50[E]	–	–
Exportação (3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	188	316
Oferta Interna (1) + (2) - (3)	8.060	9.300	11.238	12.875	8.464	9.703	6.543	10.654	9.867	13.967	21.940	28.903	38.327
Vida útil média: 6 anos (4)	–	–	–	–	–	–	8.060	9.300	11.238	12.875	8.464	9.703	6.543
Vida útil média: 8 anos (5)	–	–	–	–	–	–	–	–	8.060	9.300	11.238	12.875	8.464
Frota em 31/12 vida útil média: 6 anos (1) + (2) - (3) - (4)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	165.870 (*)	179.346	198.546	230.330
Frota em 31/12 vida útil média: 8 anos (1) + (2) - (3) - (5)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	165.870(**)	176.572	192.600	222.463

continua...

continuação

	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86
Produção (1)	46.065	58.849	63.418	52.032	47.870	–	–	–	–	–	–	–	–
Importação (2)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Exportação (3)	668	671	390	4.403	6.125	–	–	–	–	–	–	–	–
Oferta interna (1) + (2) - (3)	45.397	58.178	63.028	47.629	41.745	41.745 (**)	41.745 (**)	41.745 (**)	41.745 (**)	41.745 (**)	41.745 (**)	41.745 (**)	41.745 (**)
Vida útil média: 6 anos (4)	10.654	9.867	13.967	21.940	28.903	38.327	45.397	58.178	63.028	47.629	41.745	41.745	41.745
Vida útil média: 8 anos (5)	9.703	6.543	10.654	9.867	13.967	21.940	28.903	38.327	45.397	58.178	63.028	47.629	41.745
Frota em 31/12 vida útil média: 6 anos (1) + (2) - (3) - (4)	265.073	313.384	362.445	388.134	400.976	404.394	400.742	384.309	363.026	357.142	357.142	357.142	357.142
Frota em 31/12 vida útil média: (1) + (2) - (3) - (5)	258.157	309.792	362.166	399.928	427.706	447.511	460.353	463.771	460.119	443.686	422.403	416.519	416.519

E – Estimativa.
(*) – Censo Agropecuário de 1970.
(**) – Mantida a mesma oferta interna de 1978.
Fontes: (1) SINFAVEA.
(2) Sanders Jr., J. – Mechanization and Employment in Brazilian Agriculture – 1950/71.
(3) Ministério da Agricultura – Perspectivas da Agricultura Brasileira para 1978/79.

SEGUNDO PREVISÕES DA CEPLAC, A DEMANDA INTERNACIONAL DE CACAU DEVERIA APRESENTAR UM GRANDE CRESCIMENTO A PARTIR DE 1975. BASEADO NESTA ANÁLISE FOI ELABORADO O PRÓ-CACAU – UM PLANO DE EXPANSÃO E RENOVAÇÃO DE CACAUEIROS – QUE PRETENDIA TRANSFORMAR O BRASIL NO MAIOR PRODUTOR MUNDIAL DESTE PRODUTO. ENTRETANTO, A REALIDADE DO MERCADO INTERNACIONAL ESTÁ CONTRARIANDO TAL TENDÊNCIA, POIS VERIFICA-SE UMA QUEDA NA TAXA DE CRESCIMENTO DA DEMANDA MUNDIAL. ENQUANTO ISTO, O BRASIL PERMANECE COM OS MESMOS PLANOS DE EXPANSÃO ELABORADOS EM 1975. NESTE QUADRO, O PERIGO DE UMA SUPERPRODUÇÃO, SEGUIDA DE QUEDA NOS PREÇOS, TRANSFORMA-SE EM POSSIBILIDADE REAL QUE DEVE SER DEVIDAMENTE AVALIADA. AS PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE CACAU SÃO ANALISADAS SEM PERDER DE VISTA O FATO DE QUE O CRONOGRAMA DO PRÓ-CACAU ESTÁ EM ATRASO.

Baseada em projeções para o mercado internacional do cacau que previam oferta estável e demanda continuamente em elevação, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC — elaborou, em 1975, o Pró-Cacau. O objetivo era fazer com que o Brasil alcançasse a posição de primeiro produtor mundial com a introdução de novas áreas de plantio e renovação de parte considerável das lavouras decadentes. Entretanto, quatro anos depois, a tendência observada no comércio internacional contraria as projeções realizadas, ressaltando a necessidade de uma reavaliação do plano.

Frente a um deficit de produção mundial projetado em 460 mil toneladas em 1985 e 800 mil toneladas em 1991, a Ceplac previu a implantação de 300 mil novos hectares e a renovação de 150 mil hectares de cacauais antigos, visando produzir 705 mil toneladas, em média, entre as safras de 1995/96 e 1999/2000. Outros objetivos eram o aumento na receita das exportações do produto e a abertura de novas fronteiras agrícolas.

Entretanto, os níveis de demanda projetados e a necessidade de expansão de áreas cultivadas no país para fazer frente ao deficit da produção mundial foram calculados levando-se em consideração os preços internacionais praticados na época (1975). A manutenção deste preço permitiria o crescimento do consumo a taxas razoavelmente elevadas e constantes. Entretanto — e este fato veio contrariar as projeções realizadas — ocorreu desde então elevação substancial na cotação do cacau, fato que viabiliza a crescente utilização de sucedâneos e a conseqüente contenção no crescimento do consumo.

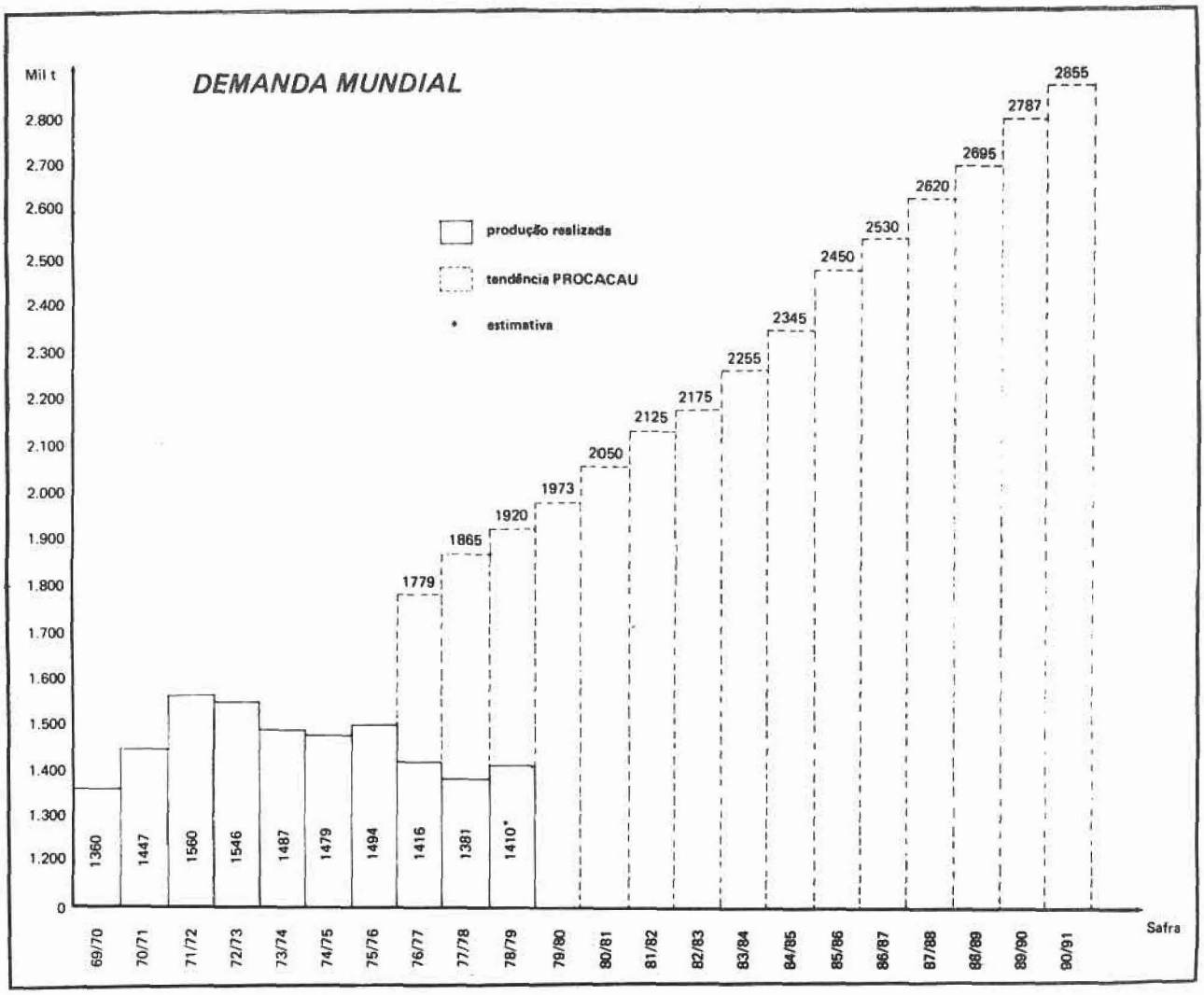
O resultado desde processo é uma grande defasagem entre os valores projetados e os reais, conforme se verifica nos quadros referentes à demanda e à produção mundial. Para uma demanda projetada de 1778,58 mil toneladas em 1976/77, as moagens totais alcançaram 1416 mil toneladas, segundo a Organização Internacional do Cacau, permanecendo até hoje nos mesmos níveis. Destaca-se, também, o fato de que como a projeção para 1979/80 era de 1972,89 mil toneladas, e considerada a estimativa de moagem da

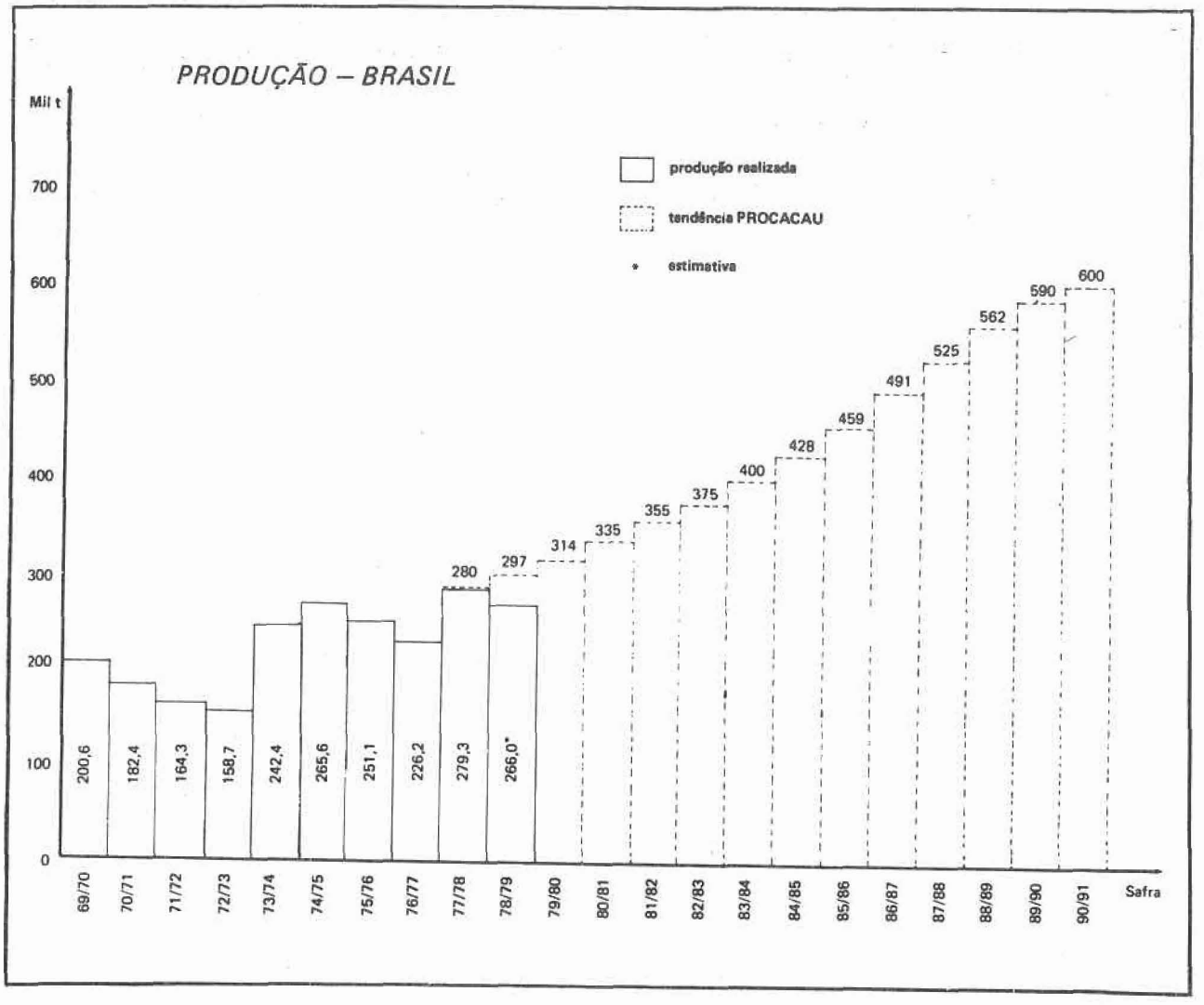
ICCO de 1410 mil toneladas para 1979, haveria necessidade de um crescimento do consumo mundial da ordem de 40% entre este ano e o próximo para que fossem retomadas as taxas projetadas de crescimento.

Por outro lado, as projeções de oferta vêm se apresentando mais próximas da realidade, o que levanta, em confronto com a demanda superestimada, a possibilidade de excedentes de produção cada vez maiores. Tal situação acarretaria, inevitavelmente, um aumento dos estoques mundiais e um maior poder de negociação para os países consumidores. Uma realidade bastante problemática para um mercado cuja principal característica tem sido um relativo equilíbrio entre oferta e procura (o maior excesso de produção previsto para a safra corrente equivale a apenas 4% do consumo estimado, com o maior deficit projetado em apenas 1% do consumo previsto).

PREÇOS PODEM CAIR

Assim, observa-se que a produção crescente pode levar a uma queda nos preços que impedirá a expansão prevista no plantio, além de acarretar menor remuneração para o produtor. Os prejuízos sociais daí decorrentes tornam-se mais sérios por se tratar de um programa setorial que prevê alta oferta de empregos a curto prazo, inclusive para a mão-de-obra especializada, como também, diante da impossibilidade de desmobilização e reorientação rápida das áreas destinadas à lavoura de cacau.



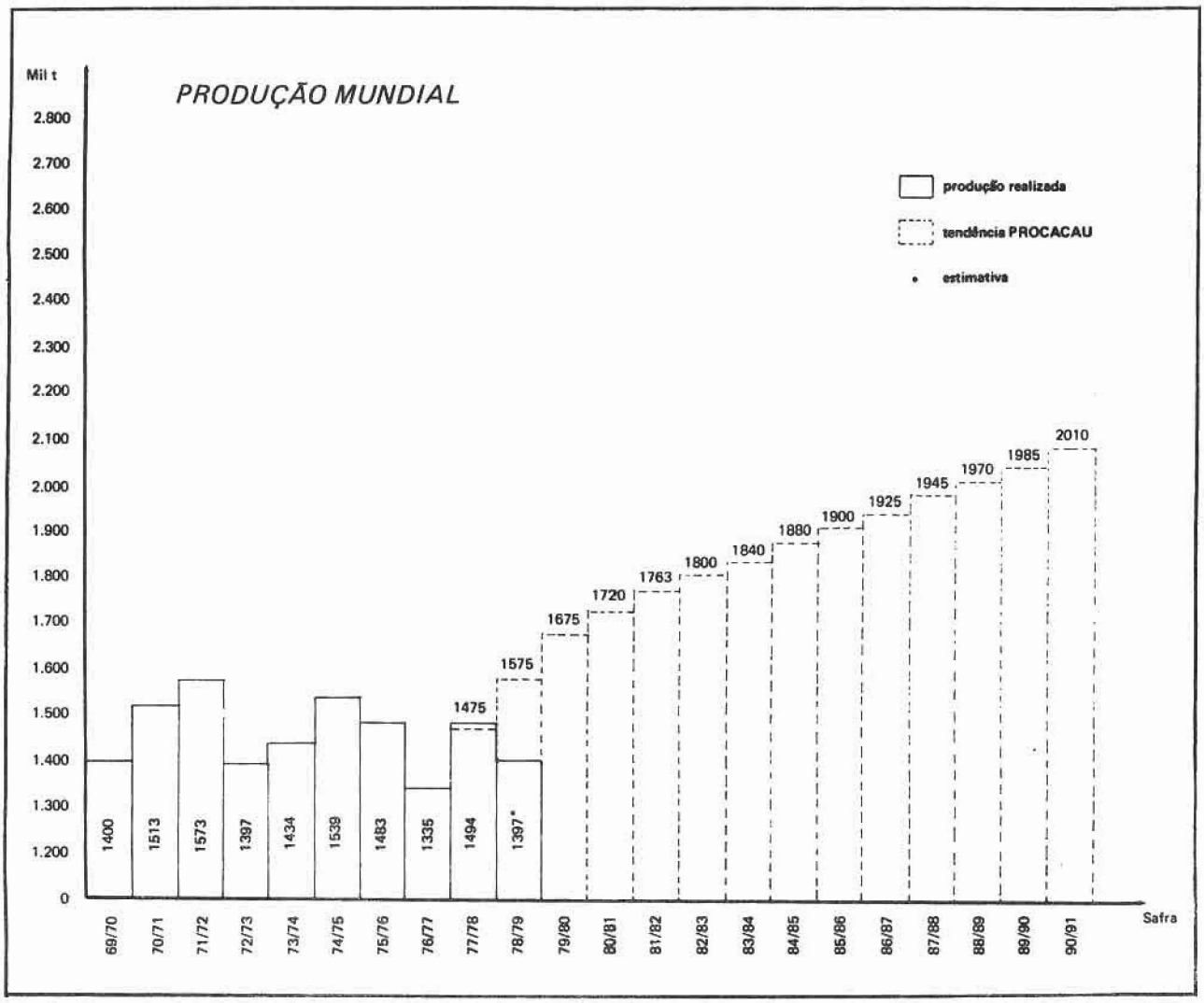


Cronograma em atraso:

De qualquer modo, estabeleceu-se um cronograma que determina o plantio de 450 mil hectares entre 1976 e 1985, com investimentos totais da ordem de 17,6 bilhões de cruzeiros financiados com recursos oriundos dos orçamentos da CEPLAC (3,3 bilhões), do Ministério da Agricultura (1,6 bilhões) e da rede bancária, inclusive Banco do Brasil (12,7 bilhões), com cerca de 4,9 bilhões de cruzeiros destinados à assistência técnica, visando cobrir parte do deficit mundial projetado e dele tirar proveito.

A exposição de motivos elaborada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e pelo Ministério da Agricultura foi aprovada em janeiro de 1977, já com atraso de dezoito meses sobre o início da elaboração do programa. Tal fato não impediu que as metas estabelecidas para o primeiro ano de execução fossem alcançadas, mas elevou a previsão dos investimentos para 33,1 bilhões de cruzeiros, em julho de 1977, como conseqüência da inflação, dando margem a novo trabalho em que foram mantidas as previsões e corrigidos os custos.

As médias quinqüenais de produção previstas eram de 280 mil t para o período de 1980/81 a 1984/85, 485 mil t entre 1985/86 e 1989/90, 677,1 mil t entre 1990/91 e 1994/95, e finalmente, 705 mil t para o período de 1995/96 a 1999/2000, representando um incremento anual de 5,8% sobre a produção média do período 1972/73 a 1976/77. O cronograma de plantio definido no Quadro 1 demostra a viabilidade de serem alcançadas tais produções, tanto mais se forem considerados os incrementos de produção



ocorridos nos últimos anos e que são devidos exclusivamente ao uso crescente de insumos modernos e de técnicas do controle de doenças, sem que haja, ainda, a influência do programa aqui discutido.

UMA ACELERAÇÃO NO PROGRAMA?

Evidentemente, o alcance da produção prevista ficará dependendo de uma rápida aceleração no programa, visto que em 1979 será necessário plantar 44% mais que o inicialmente previsto, devido aos atrasos até aqui verificados. Isto, evidentemente, caso não se faça uma reavaliação no programa, diante do contraste existente entre o atual quadro do mercado internacional e as projeções realizadas pela Ceplac.

Aumento de divisas

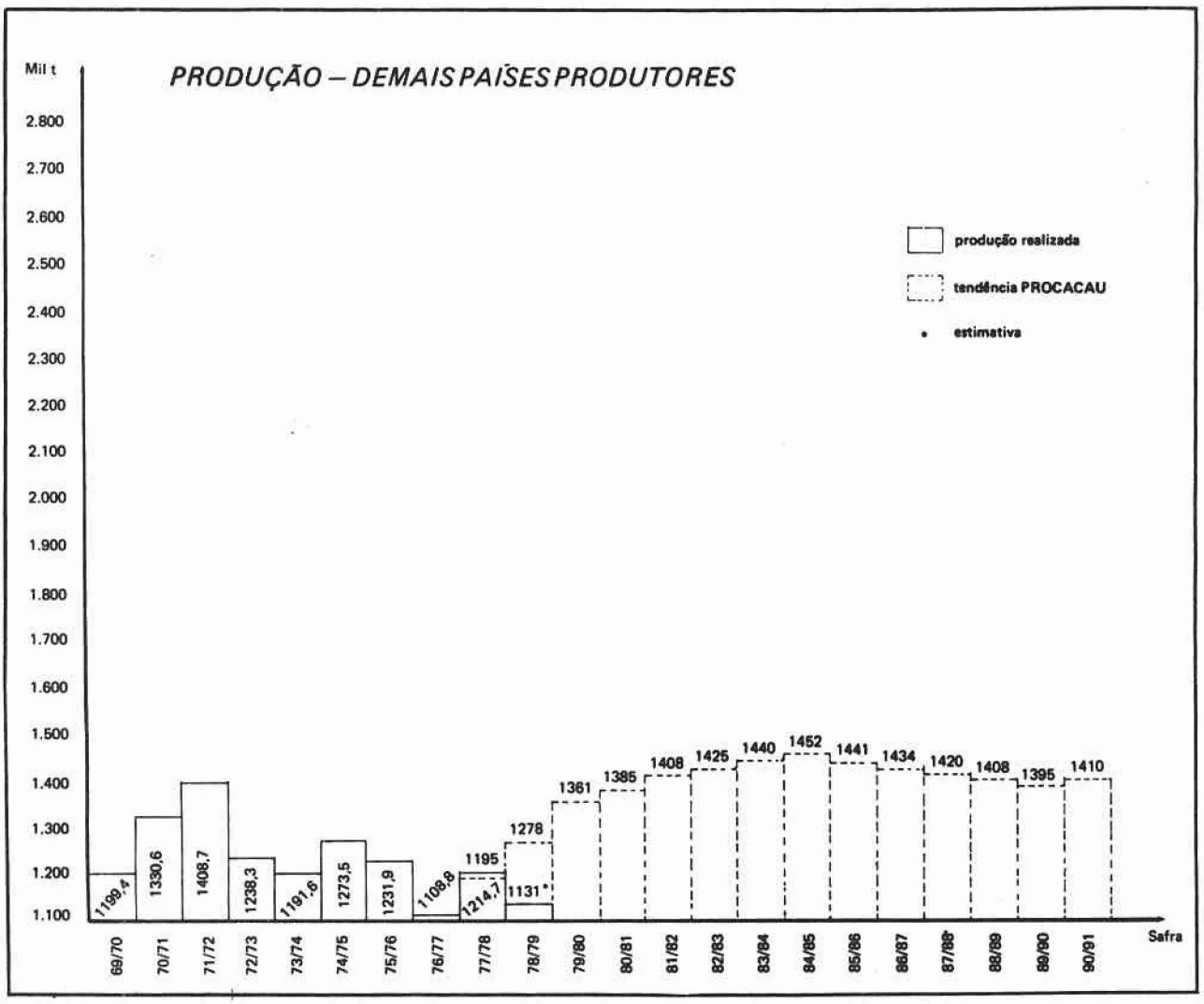
Em relação ao valor total exportado de amêndoas e derivados, as metas foram, em sua maioria, suplantadas. Não pelo aumento da produção, como estava programado, mas devido à valorização do produto no mercado externo. O objetivo era alcançar o valor de 696 milhões de dólares em 1985, o que representaria um incremento de 309 milhões de dólares sobre o valor previsto sem a existência do programa. Com a elevação das cotações internacionais, atingiu-se, no ano de 1978, a receita recorde de US$ 834 milhões, representando um acréscimo de US$ 448 milhões sobre o valor inicialmente projetado.

Este aumento na receita da exportação permitiu que se dispusesse de maior dotação para a ativação do programa em áreas originalmente sob

responsabilidade do governo federal. Mas a aplicação destes recursos, muitas vezes em novos polos, vem sendo bastante criticada pelos produtores das áreas tradicionais, responsáveis, em última instância, pelas receitas auferidas com o cacau, e portanto, pelos recursos excedentes.

Alguns dados confirmam a inexistência de prioridade para as áreas tradicionais. A análise das implantações e renovações de cacauais demonstra que do total de 94.574 hectares renovados e implantados até 1978, 69.793 hectares o foram em áreas tradicionais (Bahia e Espírito Santo) e 24.781 hectares em áreas novas (Amazonas, Pará, etc), o que dá percentuais de 73,80 e 26,20%, respectivamente, para as duas regiões em questão. O cronograma inicial previa 74,04 e 25,96% para cada uma das duas, com área total programada de 114.800 hectares. Como conseqüência, temos que, da previsão inicial de trabalhos, realizaram-se, nestes três últimos anos 83,16% do previsto para as novas regiões produtoras e 82,11% do total que deveria ter sido desenvolvido em regiões tradicionais. Se somarmos a estes valores uma previsão de plantio de 54 mil hectares durante o ano de 1979, mantendo a distribuição havida em 1978, aparecerão índices globais de realização de 92,51%, sendo que 93,6% referem-se às áreas tradicionais e 91,5% às novas áreas.

O argumento de que tal distribuição – onde não há definição de prioridade para as áreas tradicionais – propicia a desconcentração regional, e portanto deveria ser mantida,é contrabalançado,no caso,pelo fato de que nas áreas tradicionais as facilidades de escoamento são maiores e os custos de implantação são muito mais baixos. Tratando-se um produto que poderá em breve oferecer me-



nores rendimentos no mercado internacional, tais vantagens podem vir a assumir crescente importância.

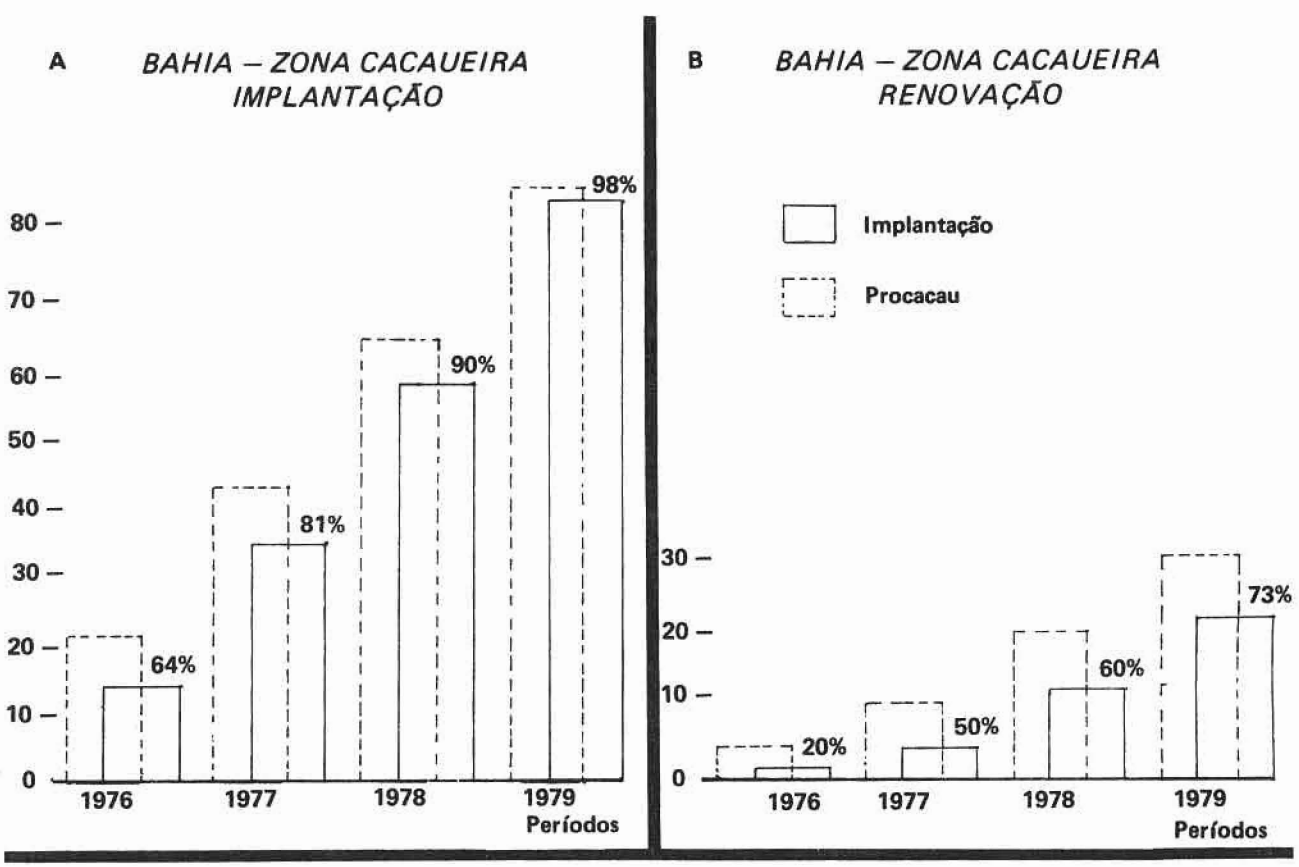
Prejuízo?

Tomando ainda como pano de fundo a tendência real do mercado externo, as metas de renovação de cacaueiros embutidas no programa deveriam ter prioridade sobre as de implantação. Considerando que os investimentos são mais baixos, a aceleração deste sistema poderia auxiliar na complementação das necessidades, ao tempo em que reduziria, pelo menos em parte, o efeito da inflação referente ao incremento dos valores totais a aplicar. Além disto, não provocaria expansão exagerada da área total plantada, colaborando para o aumento da produtividade, e fazendo com que a oferta aumentasse a taxas menores que as previstas, mas com maior segurança quanto à sustentação de preços e comercialização da produção.

Entretanto, as metas referentes à renovação vêm sendo relegadas a segundo plano. Segundo o Anuário Estatístico do Cacau, publicado pela Ceplac, até 1978 foram efetuados apenas 60% dos plantios de renovação previstos. Por outro lado, neste mesmo período, foram realizados 90% do total previsto de implantação de novos cacaueiros.

Esta situação poderá tornar ainda mais perigosa e próxima a possibilidade de uma superprodução; sobretudo tratando-se de um produto cuja demanda depende principalmente do crescimento econômico mundial, ameaçado, mais uma vez, pelo aprofundamento da crise energética vivida pela comunidade internacional.

PROCACAU
COMPARADO COM IMPLANTAÇÃO E RENOVAÇÃO POR PROGRAMA ACUMULADO
1976 a 1979 – Área em 1.000 hectares



QUADRO 1

Regiões / Ano	Bahia e Espírito Santo		Outras		Total	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1976	26.000	15.496	8.900	4.409	34.900	19.905
1977	26.500	24.197	9.400	9.531	35.900	33.728
1978	32.500	30.100	11.500	10.841	44.000	40.941
1979	33.000	–	12.800	–	45.800	–
1980	28.000	–	16.400	–	44.400	–
1981	19.000	–	17.600	–	36.600	–
1982	24.000	–	18.600	–	42.600	–
1983	25.000	–	21.000	–	46.000	–
1984	33.000	–	26.700	–	59.700	–
1985	33.000	–	27.100	–	60.100	–
TOTAL	28.000	69.793	170.000	24.781	450.000	94.574
%/meta 78	–	82,11	–	83,16	–	82,38
%/total (realizado)	–	24,93	–	14,58	–	21,02
%/total (previsto)	–	30,36	–	17,53	–	25,51
Necessidade de plantio para alcançar as metas previstas para 1979	–	48.207	–	17.819	–	66.026

Panorama Agropecuário

DE 2/7 A 13/7

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	80 jul	80 set	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-23%	-2%	8,87 (set)		+5%				+24%		↗	Possibilidade de ratificação do AIA pelos EUA e notícias de redução da produção de açúcar de beterraba na URSS estimulam elevação de preços.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, CottonWorldStat.	-1%	+2%	64,38		+1%				+4%		→	Safra superior à atual devido a boas condições climáticas nos países produtores. Maiores compras da China nos EUA sustentam cotações atuais.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+11%	+9%	139,27 (set)			+5%			+12%		→	Novo acordo internacional poderá chegar a preço médio em torno de US$ 150,00/lb peso. Disponibilidade do produto brasileiro contribuirá para estabilidade.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-35%	-7%	210,69 (set)			+1%			-2%		↗	Infrutífera reunião da OIC. El Salvador eleva preço de registro. Boato de que Indonésia suspenderá exportações.

* **Valores deflacionados** pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	80 jul	80 set	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-19%	-7%	303,00	+3%				+9%			→	USDA prevê outra safra abundante nos EUA: 169,2 milhões de t. Compras soviéticas poderão atingir 16 milhões de t até 30/9.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-7%	+1%	760,63	+1%				+4%			↘	Nos EUA, produção da safra 79/80 prevista entre 52,7 e 58,0 milhões de t e reavaliação para mais da safra 78/79.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-11%	+2%	207,75	0%				+3%			→	Aumento na demanda não acompanha o aumento da produção norte-americana. Possibilidade de ampliação de estoques.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-24%	-4%	457,63	-1%				-5%			↗	Maior produção norte-americana não compensará a menor produção (em relação a 1978) dos países produtores do hemisfério norte.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – *Posição da última quinzena*
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	*Posição da última quinzena*	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+10%	-1%	476,20	↗	Existência de estoques equivalentes a 4 meses de consumo ameniza as pressões altistas oriundas da expectativa de preços mínimos generosos e de redução no volume previsto da safra setentrional (78/79) em virtude da incidência excessiva de pragas.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+9%	+3%	668,80**	→	Produto tabelado. Sem alteração.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	-8%	-2%	2.900,00	↗	Tendência altista vigente no mercado internacional pressiona os preços internos.
BOI GORDO MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-17%	-5%	690,00	↗	Entressafra.

* **Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

** Produto tabelado.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

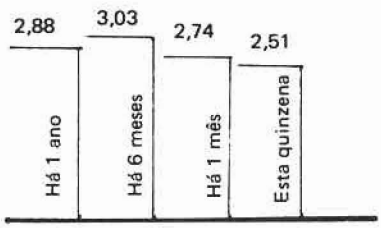
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+5%	-11%	650,00	↗	Feijão preto alcança Cr$ 730,00/sc 60 kg no Grande Rio; produto da safrinha (prejudicado por chuvas, geadas e desestímulo) vem sendo comercializado em pequenos lotes.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA			sem cotação	↗	Continuada elevação do preço da carne bovina deverá resultar em maior demanda por carne de aves. Ver PANORAMA AGROPECUÁRIO – preço relativo mercado interno.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+32%	+3%	143,00 **	→	Produto tabelado. Sem alteração.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-15%	+1%	384,50	↗	Escassez provocada pela quebra de safra, especialmente no RS.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

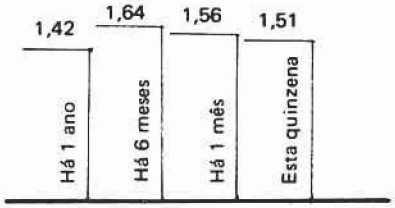
** Produto tabelado.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

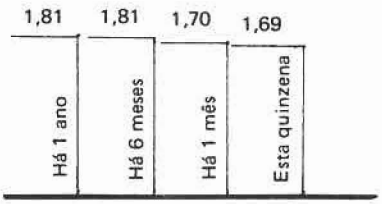
Soja / Milho



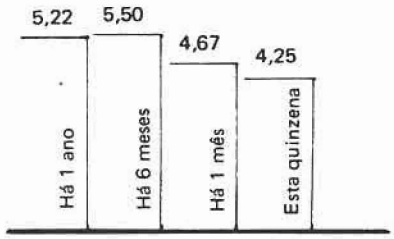
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

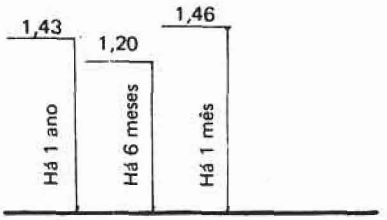


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

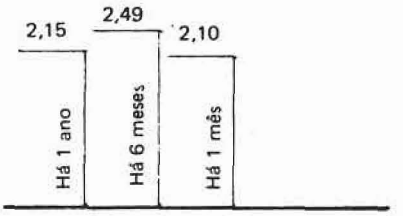
NOTA: A relação de preços soja/milho apresenta, esta quinzena, um decréscimo de 8,4% frente ao nível de há 1 mês antes. Nesse período, os preços do cereal valorizaram-se em 8,0%, reflexo da expressiva frustração da safra soviética de grãos, aliada ao movimento altista de todo o mercado de commodities, decorrente da elevação dos preços internacionais do petróleo. *** A alta no mercado de commodities refletiu-se também sobre as cotações do trigo que, desde há um mês, denotaram incremento de 4,6%, não obstante os efeitos baixistas advindos da ampliação da área semeada nos EUA. Essa menor valorização do trigo relativamente ao milho resultou em baixa de 3,2% no preço relativo entre ambos os produtos. *** Revela-se, esta quinzena, uma queda de 0,6% na relação de preços algodão/soja, comparativamente há um mês atrás. No mercado da soja, o impacto altista espalhado pelo mercado de commodities foi obstado pelo grande plantio norte-americano (+12% que o ano passado), além do bom desensolvimento vegetativo em que se encontra esta lavoura naquele país. *** Os preços de algodão, por sua vez, diminuíram cerca de 0,8% no mesmo período, na medida em que cessou a inusitada especulação de preços do produto na Bolsa de Nova Iorque. Por outro lado, melhoras nas condições climáticas nas principais regiões produtoras dos EUA somaram-se na composição do quadro de arrefecimento dos preços do algodão que ora se verifica. Dessa forma, explica-se a queda de 9,0% revelada pelo preço relativo algodão/milho desde há 1 mês atrás.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

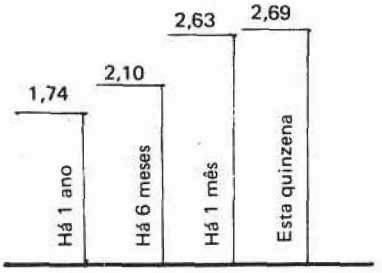
Boi Gordo
Frango Abatido



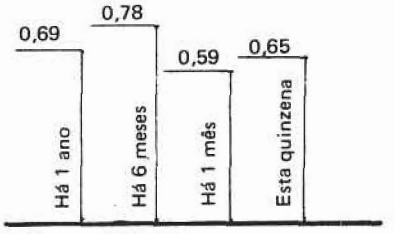
Frango Abatido
Ração Ave Corte



Soja
Milho



Feijão Preto
Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** O descompasso entre oferta e demanda de carne de aves, tendo levado o mercado a cotações que não refletiam os custos de produção, traduziu-se em crise conjuntural no setor avícola. Em decorrência, a Associação Paulista de Avicultura (fonte primária das informações de preços acompanhadas pelo GIA) optou por suspender a divulgação dos preços diários do frango abatido. Nesse sentido, o presente Panorama Agropecuário não registra a posição "esta quinzena", no que se refere ao preços relativos boi gordo/frango abatido e frango abatido/ração ave de corte. Ressalte-se, todavia, um crescimento de 8,7% e 3,3%, respectivamente, nas cotações do boi gordo e da ração para ave de corte desde há um mês atrás. *** A elevação de 2,4% observada no preço da soja desde há um mês atrás motivada pela sua pequena disponibilidade interna, responde integralmente pelo acréscimo de 2,3% verificado no preço relativo soja/milho em idêntico período, na medida em que continua vigorando o tabelamento do cereal no mercado atacadista das capitais. *** A predominância de tipos de qualidade inferior no feijão proveniente da safra da seca tem provocado maior valorização dos tipos superiores no mercado atacadista de São Paulo. Um aumento mais expressivo (16,6%) no preço do feijão preto relativamente ao feijão a cores (+4,8%) levou a um incremento de 10,2% no preço relativo de ambos os produtos quando se compara a posição desta quinzena com a de há um mês atrás.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMÍSSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL